

Apresentação

Andréa de Oliveira Tourinho*

Memória e Patrimônio Cultural em São Paulo: múltiplas dimensões de uma relação em transformação

Vetor de memória, o patrimônio cultural, após a Segunda Grande Guerra, sobretudo a partir dos anos 1980, tem se constituído como campo em contínua e acelerada transformação devido, principalmente, às mudanças nas formas como a memória - juntamente com a história - tem sido compreendida e enfrentada.

Desde o final daquele conflito bélico, a chamada “crise da modernidade”, como a conhecemos hoje, é herdeira de uma situação de impasse caracterizada pelos múltiplos questionamentos sobre as condições sociais, econômicas e culturais que a modernidade, e seus conceitos fundamentais - “progresso constante”, “razão dominante”, “técnica neutra”, mecanicismo, entre outros -, apresentava para o mundo, estivesse do lado capitalista ou socialista. O movimento contra a Guerra do Vietnã, a Primavera de Praga, o Maio

de 1968 foram eventos incontestados de uma mudança de atitude que se alastrou pelo mundo, questionando os valores que a modernidade (ou pelo menos um certo tipo de modernidade) estava tentando impor à humanidade.

Contudo, ao invés da ruptura que parecia se anunciar, os chamados processos de mundialização da economia - resultantes do colapso do mundo socialista, do fim da Guerra Fria, do triunfo do sistema de mercado e do neoliberalismo empresarial e econômico que se estruturaram a partir dos anos 1980 -, levaram à maior flexibilização, mobilidade e internacionalização dos capitais, produzindo o acirramento dos processos de centralização e concentração do capital em poucas mãos. A riqueza saiu da produção - e das nações - para acomodar-se no mundo das finanças, das ações, das bolsas, dos mercados de futuros, da economia globalizada, das offshore, dos paraísos fiscais, da lavagem de dinheiro - e, a partir desta posição totalizadora do simulacro do mundo rico, o mundo real foi deslocado.

*Professora do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* e do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade São Judas Tadeu. Doutora em Arquitetura e Urbanismo, pela Universidade de São Paulo; mestrado em Estética e Teoria das Artes pela *Universidad Autónoma de Madrid*; Arquiteta e Urbanista pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Coordena o grupo de pesquisa *Patrimônio cultural e urbanismo: discursos e práticas*.

O discurso de desqualificação do Estado, enquanto provedor de infraestrutura física e institucional ou como representante do interesse coletivo, legitimou novas formas sociais. As políticas neoliberais sustentaram-se sobre movimentos de desmonte do Estado de bem-estar, de concentração de capital e de renda, e do prolongamento insustentável do endividamento para financiar o consumo, enquanto o centro de gravidade da produção social deslocava-se da indústria para os serviços (desindustrialização e terceirização).

Neste contexto, a “verdade”, como instância positiva da modernidade, deixou de ter qualquer valor, passou a ser relativizada como todos os outros aspectos da sociedade. A “desvalorização” da verdade veio, primeiro, acompanhada do relativismo sobre a própria verdade, que inicialmente passou a ter várias interpretações (inclusive no campo da ciência, pós Einstein) para depois, finalmente, não possuir nenhum valor. Qualquer tradição poderia ser utilizada ou reutilizada para informar sobre o estado da sociedade.

Essa mudança dos paradigmas sociais iria, inexoravelmente, influenciar a apropriação da memória. Como um dos seus vetores, é bem sabido como o campo do patrimônio cultural tem se ampliado desde a segunda metade do século XX. Mais do que isso, a fragmentação do mundo contemporâneo - que substituiu a compartimentação do mundo moderno, tal

como observado por Milton Santos (2000) - tem sido representada pelos “lugares de memória” de Pierre Nora (1984), que bem traduzem a fragmentação do uso da memória em um mundo desritualizado.

A valorização da memória, que se coloca de forma intensa a partir da década de 1980, está justamente relacionada ao sentimento de perda de um mundo cujas sólidas bases se desmancham no ar (BERMAN, 1982). Tal como já revelava Halbwachs (1990), a sociedade lembra da memória nos momentos de perda; uma resposta à necessidade de continuidade temporal do ser humano:

O avanço da tecnologia da comunicação e a aceleração do ritmo cotidiano remetem os indivíduos à sensação de viverem sempre um mesmo tempo histórico, o presente, e rompe o sentido de continuidade antes percebido entre passado-presente-futuro. Busca-se, por isso, superar a ruptura com o passado, da qual nasceu a insegurança quanto ao futuro, dimensão imaginária do tempo, onde se concretizam as expectativas anteriores a este. (RODRIGUES, 2008, s.p.)

A difusão do “culto patrimonial” pelo mundo inteiro nas últimas décadas (CHOAY, 2001, p. 237) revela justamente esse momento em que a sociedade já não é mais o que era, mas ainda não sabe o que será. A perda das formas tradicionais dos artefatos, sejam eles arquitetônicos ou urbanos, dos fazeres e dos saberes que começam a se manifestar no período do Iluminismo, no século

XVIII (TAFURI, 1985), acentua-se no último terço do século XX. Momento em que a sociedade busca a memória como meio de valorização de culturas específicas e de reconhecimento de identidades várias.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 bem traduz esse momento de ampliação do conceito de patrimônio cultural e valorização da memória e da identidade dos vários grupos sociais, deslocando a atribuição de valor do estado para a sociedade.

O direito à memória, inicialmente defendido no final da década de 1980 e nos anos 1990, encontra, hoje, um campo de ação complexo e contraditório. Se, por um lado, os órgãos de preservação do patrimônio encontram-se ameaçados por instâncias conservadoras que pretendem sucatear essas instituições, por outro, a sociedade resiste por meio de ações que reivindicam o direito à memória. Mais do que resistir, essas ações apontam para novos caminhos. Caminhos que mostram a mudança de valores que a sociedade vem dando para a memória. Como experiência vivida, como fazer social, a memória tem sido usada para recolocar antigas e pendentes questões culturais sob novas perspectivas, como aquelas relacionadas aos grupos sociais menos representados nas escolhas oficiais do patrimônio cultural:

Finalmente, do último quartel do século passado em diante domina o caráter pragmático da memória. De instrumento de conhecimento a

critério ético e poderosa arma de reivindicação e ação política, ela é agora submetida a um crivo multivariado de disciplinas. As práticas políticas, sobretudo identitárias, substituem a função de conhecimento. (MENESES, 2018, p. 2)

De natureza política, os campos da memória e do patrimônio cultural demandam cautela para evitar a manipulação, banalização ou mesmo mistificação de conceitos e valores. Por outro lado, os lugares de memória - ao contrário dos lugares de história (Nora, 1993) - têm tido um papel relevante na construção e valorização da identidade, ao se constituírem como representação que mobiliza certos grupos sociais, não só por meio da memória individual, mas também coletiva. Memória e patrimônio têm sido usados na busca de ressignificações de lugares sociais.

Essa nova dimensão dos valores da memória impõe, assim, um grande cuidado no tratamento dessas questões. A produção do conhecimento sobre a memória e o patrimônio cultural, nesse quadro, é fundamental para a compreensão de um campo cada vez mais dinâmico, que, antes mais estático, pautava-se quase que exclusivamente pelas escolhas das instituições oficiais, responsáveis pela identificação e proteção desse patrimônio.

É nesse contexto que se inscreve este nº 26 da Revista *arq.urb*, edição temática sobre memória e patrimônio cultural em São Paulo. Os artigos desta edição trazem abordagens recentes que refletem as novas dimensões, problemáticas e desafios

de uma relação em transformação como a que une a memória e o patrimônio cultural neste início de século XXI. Referem-se a aspectos múltiplos dessa relação, buscando novas leituras sobre as significações sociais, a memória e a religiosidade afro-brasileira, o patrimônio natural, o urbano, o industrial e o local, a percepção do morador, a questão do entorno dos bens tombados, bem como, também, questionamentos acerca da representação pictórica e a construção da memória. Essas dimensões diversas respondem, cada uma de sua forma, às mudanças aqui apontadas.

Uma edição construída a partir de vários enfoques, principalmente, de profissionais da História e da Arquitetura e Urbanismo. Por outro lado, são distintas visões, de técnicos dos órgãos de preservação, de pesquisadores da universidade, bem como da sociedade civil organizada na forma de um coletivo com profissionais de distintas áreas.

Já não há, nessas abordagens, separação entre o material e o imaterial. Os lugares são sempre únicos e os seus significados, múltiplos.

REFERÊNCIAS

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar.** A aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice, 1990.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. **Os museus e as ambiguidades da memória: a memória traumática.** Conferência. 10º Encontro Paulista de Museus. São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://www.sisemsp.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Ulpiano-Bezerra-de-Meneses.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2019.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. Tradução Yara Aun Khoury. **Proj. História**, São Paulo, nº 10, dez. 1993. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>>. Acesso em: 24 out. 2019.

RODRIGUES, Marly. **Memórias, preservação e representações do passado.** Palestra proferida na Associação de Arquivistas de São Paulo, em 19 dez 2008.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** São Paulo: Record, 2000.

TAFURI, Manfredo. **Projecto e utopia.** Lisboa: Editorial Presença, 1985. (Coleção Dimensões). ■